

47ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO CEARÁ

FORTALEZA - CE, 08 DE SETEMBRO DE 2015.

Início: 18h45min - Término: 21h: 30min, Local – CAU/CE.

ATA

1 **Abertura:** A 47ª Reunião Plenária Ordinária foi aberta às 18 h: 45 min. pelo
2 Presidente do CAU/CE Odilo Almeida Filho.

3 **Verificação de quórum:** Presentes: o Presidente do CAU/CE Odilo Almeida
4 Filho, o vice-presidente Delberg Ponce de Leon, os Conselheiros Titulares
5 Euler Sobreira Muniz, Bruno Melo Braga, Carlos Augusto Lopes Freire e os
6 Conselheiros Suplentes Marcelly Luíza Barreira Portela, Francisco Sergio Facó
7 Pimentel, Igor Lima Ribeiro e o Convidado Conselheiro Federal Napoleão
8 Ferreira da Silva Neto.

9 Verificou-se quórum para o início da reunião. O Presidente Odilo Almeida Filho
10 cumprimentou a todos e começou a reunião lendo a pauta apresentada a
11 seguir e solicitando a inclusão da apreciação pelo plenário, da Deliberação AD
12 REFERENDUM sobre a licença do Conselheiro Paulo Hermano.

13 1-Leitura e aprovação da Ata da Reunião Plenária nº46, de 11/08/2015.

14 2- Apresentação e aprovação da Pauta.

15 3-Apresentação e Aprovação da Prestação de Contas CAU/CE- julho e agosto

16 4- Apresentação do Relatório de Serviço da Gerência Técnica- agosto/2015

17 5- Informes gerais

18 5.1- da Presidência

19 5.2 - dos Conselheiros

20 6- Expediente

21 6.1- Apresentações de 02 Relatórios de processos em Plenária-Conselheiro
22 Antônio Custódio e votação das duas Deliberações

23 6.2- Decisão do CAU/CE acerca da aplicabilidade das Normas do CAU no
24 tempo. Parecer Jurídico CEP. Deliberação Normativa para aprovação da
25 Plenária.

26 6.3- Apresentação e discussão da 1ª versão da PROGRAMAÇÃO
27 ORÇAMENTARIA E PLANO DE AÇÃO- CAU/CE 2016

28 7-outros assuntos.

29 Em seguida perguntou aos conselheiros se haveria alguma manifestação sobre
30 a ATA da 46ª Reunião Plenária Ordinária, ocorrida em 11/08/2015. Sem
31 manifestações, a Ata da 46ª Reunião Plenária Ordinária foi aprovada sem
32 alterações. O presidente Odilo justificou a não realização da reunião do
33 Conselho Diretor por falta de quorum.

34 Ao ser iniciado os informes da presidência, o Conselheiro Euler Sobreira Muniz
35 antecipou-se à palavra do presidente e solicitou esclarecimentos sobre a Lei de
36 Inspeção Predial. O Presidente Odilo Almeida Filho esclareceu que a prefeitura

37 de Fortaleza regulamentou a lei 9.913, de 16 de julho de 2012, em 23 de junho
38 de 2015 e que a prefeitura irá autuar as edificações que não tiverem os
39 certificados de Inspeção Predial.

40 O presidente Odilo explicou ter representado o CAU/CE juntamente com o
41 conselheiro Sergio Facó em reunião na SEUMA onde foi criado o grupo de
42 trabalho com a participação do SENGE-CE para a elaboração do TR, com o
43 seguinte encaminhamento: O TR será elaborado pelos Relatores (03) que irão
44 apresentá-lo aos dois conselhos e deliberar sobre o assunto. O TR explicitará
45 sobre o conteúdo do Laudo e valores dos serviços por hora. O presidente
46 informou que hoje, 08/09/2015 em reunião na SEUMA foi apresentado a
47 instrução normativa. O assunto foi colocado em discussão onde os
48 conselheiros se manifestaram:

49 O conselheiro federal Napoleão ponderou que o valor tem que ser atualizado e
50 que existe uma associação de síndicos que deve ser consultada.

51 O conselheiro Sergio Facó falou que a preocupação é que o laudo de vistoria
52 não será preventivo.

53 O conselheiro Euler comentou que no caso da patologia não estar visível e se
54 acontecer um sinistro, pode haver uma transferência de responsabilidade.

55 O conselheiro Facó falou que a responsabilidade técnica continua sendo do
56 profissional que executou o prédio.

57 O presidente Odilo pronunciou-se dizendo que na esfera dos conselhos
58 inspeção predial é diferente de perícia técnica.

59 O conselheiro Euler perguntou de quem é a responsabilidade da manutenção
60 preventiva?

61 O conselheiro Carlos Augusto falou que a inspeção tem o profissional para
62 assinar, mas que ele terá que fazer tudo pessoalmente e pergunta, o valor
63 contempla tudo isso?

64 O conselheiro federal Napoleão: Patologias genéticas – o assunto tem que ser
65 muito discutido, pois é muito complexo! Tem que se conversar sobre a ideia de
66 contratos permanentes e não apenas contratos de inspeção predial.

67 O presidente Odilo informou que, quanto à vistoria técnica, o decreto que
68 regulamenta a lei foi alterado para incluir os arquitetos. Falou também que o
69 contrato permanente deve ser o procedimento recomendável e que a idade do
70 imóvel é calculada a partir do habite-se da edificação.

71 O conselheiro Delberg Ponce de Leon comentou que com essa lei amplia-se o
72 mercado para os engenheiros e que a prefeitura de Fortaleza tem o cadastro
73 de 660.000 imóveis com as informações primárias e que deverá ser feito uma
74 Campanha Educativa mostrando os principais alvos.

- 75 O presidente Odilo comentou que os Conselhos devem providenciar cadastros
76 para profissionais habilitados em inspeção predial.
- 77 O conselheiro Sergio Facó comentou que além da estrutura existem vários
78 itens e que, no início, a demanda será grande, mas depois a demanda se
79 acomoda.
- 80 O conselheiro Napoleão falou sobre a credibilidade dos laudos.
- 81 O conselheiro Carlos Augusto falou que sobre a idade dos imóveis a prefeitura
82 tem vários instrumentos: Matrícula Alvará, HABITE-SE, IPTU. e observou que é
83 preciso ter o Manual de Manutenção do Prédio .
- 84 O conselheiro Euler falou sobre o cadastro de avaliadores e que necessário
85 que sejam realizados cursos (capacitação) e criada uma sistemática igual.
- 86 O conselheiro Napoleão perguntou sobre qual seria a metodologia.
- 87 O presidente Odilo falou em relação ao check list, feito pela prefeitura de São
88 Paulo. Além da metodologia, deve existir um modelo padrão de inspeção
89 predial? Sugestões para aprimoramento podem ser enviadas posteriormente.
- 90 Os conselhos de engenharia e de arquitetura tem que assumir a normatização.
- 91 Hoje a prefeitura realiza credenciamento para análise de impactos ambientais.
92 Isto pode evoluir para credenciamento de inspeção predial.
- 93 Encaminhamento:
- 94 Criar sistemática de discussão: GRUPO DE TRABALHO, RELATORIA,
95 DISCUSSÃO, DEBATE EM CONSELHO.
- 96 O Conselheiro Euler mais uma vez falou sobre o cuidado com a transferência
97 de responsabilidades. O presidente Odilo falou que os conselhos irão prevenir
98 os profissionais sobre os perigos.
- 99 Encerrada essa discussão o presidente Odilo retomou os Informes da
100 presidência:
- 101 1- Informou que o CAU/CE enviou correspondência ao presidente da Câmara
102 de Fortaleza manifestando-se contrario ao Projeto de Lei que dispensa a
103 exigência de alvará de funcionamento para templos religiosos. O resultado das
104 pressões recebidas deve ter influenciado a Câmara Municipal na decisão de
105 retirar essa matéria de pauta.
- 106 2-O CAU/CE recebeu votos de congratulações da Deputada Adelândia
107 Noronha, subscrito pelo deputado Carlos Felipe pelo transcurso do 4º
108 aniversário do CAU/CE, através de requerimento a Assembleia Legislativa do
109 Ceará.

110 3-O CAU/CE recebeu votos de congratulações pela posse da gestão
111 2015/2017, do Vereador Dr.Adelmo, através de requerimento a Câmara
112 Municipal de Fortaleza.

113 4-O CAU/CE recebeu convites da Câmara Municipal de Fortaleza para
114 participação nos eventos: 1- lançamento do Pacto em Ação - Realização do
115 Pacto por Fortaleza revisado, realizado no dia 12 de agosto de 2015,no
116 Theatro José de Alencar e 2- debate com o tema :Valorização das vias e
117 passeios do Centro- Pacto de Fortaleza em Ação ,realizado em 01 de setembro
118 de 2015.

119 5-Presidente Odilo falou sobre a Resolução 51e informou que existem
120 processos de engenheiros tramitando na justiça questionando a resolução 51.

121 Em síntese explicou o que está ocorrendo: em 1ª instancia- suspensão da Res.
122 51.Em 2ª instancia o reconhecimento da legitimidade da resolução 51.Não se
123 faz necessária a regulamentação conjunta. Os presidentes dos CAUs
124 acordaram verbalmente: Aguardar a decisão judicial; Não deverá fazer
125 manifestação de “corpo-mole”, A 1048 não está fundamentada no currículo.

126 O presidente propôs inscrição dos conselheiros para as manifestações.

127 O conselheiro Delberg comentou que os engenheiros querem que vá para a
128 justiça, pois o processo pode durar mais de 15 anos para ser resolvido.

129 O conselheiro Carlos Augusto comentou que a lei prevê e que a resolução 51
130 não pode contradizer norma de outro conselho.

131 O conselheiro Sergio Facó falou que não existe conflito. O caminho é ir ao
132 Ministério Público contra os “caneteiros”.

133 O conselheiro Euler argumentou: os CAUs tem poucos profissionais para o
134 atendimento em locais afastados das capitais , não devemos brigar.

135 O conselheiro Sergio Facó falou sobre o fato dos engenheiros fazerem projeto
136 com apenas uma cadeira de desenho técnico.

137 O presidente Odilo falou que na reunião da SEUMA foram tratados dois
138 problemas:1-Um engenheiro civil falou que o projeto de arquitetura dele foi
139 recusado por conta da Res.51- a Secretaria falou que desconhecia o fato.

140 2-sobre o Cadastramento na área de estudos ambientais onde a SEUMA
141 estava exigindo uma declaração do CAU foi resolvido. O presidente falou
142 ainda que entre CAU /CE e CREA-CE não haverá disputa judicial, vão
143 aguardar.

144 O conselheiro Napoleão falou que a Resolução 51 foi uma demanda da FNA. E
145 que tem dois componentes: o 1º histórico e o 2º político.

146 A resolução 51 é um ato político. O gestor público tem que ter cuidado, pois
147 poderá ser autuado por descumprir a lei.

148 O nosso conselho não fiscaliza nem os arquitetos para fazerem RRT. Temos
149 uma baixa autoestima. Temos que marcar posição aqui no Ceara. Temos que
150 coibir a “canetagem”, é prejudicial para o município. O CAU/BR vai fiscalizar os
151 CAU/UFs.

152 O conselheiro Carlos Augusto comentou que em Tocantins estão caminhando
153 para uma solução de acordo CAU/CREA.

154 O conselheiro Napoleão respondeu que isso não pode acontecer quem decide
155 é o CAU/BR.

156 O conselheiro Delberg comentou que o difícil é combater “os caneteiros”.

157 O conselheiro Sergio Facó falou que a metodologia da prefeitura facilita a
158 atuação do “caneteiro”, somente a RRT é exigida e não o Projeto.

159 O conselheiro Delberg concordou que os procedimentos da prefeitura são
160 falhos.

161 O presidente Odilo para encerrar a discussão falou que o assunto Resolução
162 51, voltará à discussão na próxima reunião e em face do pouco tempo
163 disponível para a discussão dos assuntos de pauta o presidente Odilo sugeriu
164 que a apresentação da GETEC fosse enviada por e-mail aos conselheiros.

165 Retomando os informes falou sobre a lei de transparência – os 280 conselhos
166 profissionais existentes serão avaliados. Entre 6 - 12 meses será enviado
167 acórdão para determinar o prazo de ação dos conselhos e no prazo de 18
168 meses o CAU terá que colocar as informações na internet ,em fonte
169 integra,autentica disponível e atualizada.

170 O presidente comentou sobre o Plano de Ação dos Serviços Compartilhados
171 (CSC) tem um software nacional. O orçamento do CSC- atual é de 6,8 milhões,
172 e de 9,5 milhões passará a 12,5 milhões em 2015. A proposta de aumentar foi
173 mal recebida pelos presidentes e foi convocada para o dia 11 de setembro,
174 reunião extra para discussão do assunto. Os presidentes de 04 CAU/UF serão
175 convidados.

176 O conselheiro Napoleão comentou que o Conselho de Alagoas duplicou a
177 arrecadação com o aumento de RRTs, através de Campanha. Existe uma
178 profissão semirregulamentada. Existe uma máquina muito grande do CAU/BR,
179 os gastos são grandes. Ouvidoria tem o orçamento muito alto. O conselheiro
180 propôs que deveria ser criado um consórcio com direito a voto único. Na
181 realidade os CAU/UF tem que terem autonomia. O conselheiro cobrou do
182 CAU/CE a campanha para os arquitetos fazerem RRTs. O CAU/CE tem uma
183 despesa pesada com a sede que poderia não ter. Uma boa campanha pode
184 ser o instrumento para aumentar a arrecadação.

185 Em resposta o presidente Odilo informou que a Campanha já foi solicitada a
186 Assessoria de Comunicação e pediu ao gestor do contrato que fosse cobrada e
187 apresentada na próxima reunião de Comissão e depois em plenária.

188 Quanto à sede do CAU/CE informou que já está tratando com o SPU e fazendo
189 o cadastro de interesse em dois imóveis. O primeiro imóvel é a sede da AGU.
190 O segundo trata-se de quatro salas próximas ao colégio militar.

191 O presidente Odilo colocou em discussão o CSC- A ideia do Consorcio deve
192 ser defendida e não entregar a 04 Conselhos a gestão do CSC.

193 O presidente Odilo falou sobre a agenda do CAU/CE e informou que no dia 30
194 de setembro, será realizada na Reunião promovida pelo IAB- Arquitetura em
195 Debate, a palestra sobre Código de Ética onde o palestrante será o
196 Conselheiro federal Napoleão .

197 Em 01 e 02 de outubro - formação de multiplicadores a nível nacional para
198 funcionários do CAU/UF, gravado em vídeo e com material didático em
199 Brasília.

200 O presidente Odilo informou que estará ministrando cursos sobre as tabelas de
201 honorários do CAU nos dias 18 e 19 outubro no Amapá e Pará e nos dias
202 25/26/27 de outubro- em Cabo Verde e Angola.

203 O presidente Odilo informou que solicitou ao CAU/BR que fosse agendada uma
204 reunião com a presidência da CAIXA para incluir as Tabelas de Honorários no
205 SINAPI.

206 O presidente informou que foi enviado ao CAU/BR correspondência sobre
207 Revalidação do Diploma de Estrangeiros e pediu para o conselheiro Euler
208 explicasse o teor da correspondência.

209 Após a explicação de que existe uma inconsistência na Resolução, o
210 Conselheiro Napoleão disse que a Resolução tem que ser alterada. O CAU tem
211 que homologar. O conselheiro Euler colocou a falta de legalidade da resolução
212 do CAU/BR e sugeriu que ele fosse a Comissão de Ensino do CAU/BR.

213 O presidente solicitou que a copia do processo e do ofício e os nomes dos
214 integrantes da Comissão do CAU/BR fossem enviados para o conselheiro Euler
215 e somente depois de uma conversa por telefone, se necessário alguém deverá
216 ir para Brasília.

217 Retomando os informes falou sobre o Seminário Regional da CED - região
218 Norte foi adiado para o dia 01-02 outubro.

219 O conselheiro Napoleão sugeriu que o CAU deva mandar um representante da
220 CED.

221 O conselheiro Euler comentou sobre a Campanha da Reserva Técnica e se diz
222 preocupado com o grande público que vai pensar que todos os arquitetos
223 fazem esse tipo de comercio.

224 Na oportunidade o presidente Odilo perguntou ao gerente geral sobre o ofício
225 ao CAU/BR sobre a Campanha da Reserva Técnica onde explicita que, por
226 deliberação da Plenária, o CAU/CE é contrario a 3ª fase da Campanha e
227 cobrou o envio deste ofício com urgência.

228 O conselheiro Napoleão solicitou a palavra e disse que a obrigação do
229 Conselho é fiscalizar e que deve agir como a lei obriga.

230 O conselheiro Facó perguntou qual era a demanda da sociedade sobre a
231 reserva técnica. O conselheiro Napoleão respondeu que a questão é de ética e
232 fiscalização. O Conselheiro Sergio Facó pediu que se tivesse cuidado com a
233 Campanha e que isto era uma questão de mercado que deveria ser resolvida
234 entre o logista e o arquiteto.

235 O conselheiro Napoleão falou que sugeriu ao CAU/BR fazer seminários
236 regionais com conselhos profissionais de varias profissões sobre o problema
237 comum da Reserva Técnica.

238 O presidente Odilo passou para outro ponto de pauta e colocou em discussão e
239 votação o pedido de licença médica do conselheiro Paulo Hermano que foi
240 aprovada por unanimidade (07 conselheiros presentes).

241 Na sequencia, o presidente Odilo colocou em discussão e votação o Parecer
242 do Conselheiro Custódio sobre um processo da CEP, que trata de ausência de
243 Placa. O conselheiro Napoleão colocou uma questão de ordem: que o relator
244 não estando presente o Plenário não pode deliberar. Argumentou que adotar
245 esse procedimento cria-se um precedente perigoso. O presidente solicitou que
246 fosse consultado o Regimento interno do CAU/CE. Após a consulta (ver art.89)
247 a questão de ordem foi aceita e aprovada por unanimidade.

248 O presidente Odilo apresentou o próximo ponto da pauta: Decisão do CAU/CE
249 acerca da aplicabilidade das Normas do CAU no tempo. O presidente leu o
250 Parecer Jurídico e a Deliberação da Comissão para aprovação da Plenária. O
251 presidente e o coordenador da comissão se pronunciaram explicando se tratar
252 de um aprimoramento da lei pós-legislação e a aplicação da lei à época. O
253 parecer e a deliberação foram aprovados por unanimidade.

254 Sem mais nada a tratar, o presidente Odilo declarou encerrada a reunião, às 21
255 horas e 30 minutos.

256 Fortaleza, 08 de setembro de 2015.

257

258 _____

259 Odilo Almeida Filho
260 Presidente

261

262

263 Vânia Lima Araripe
264 Chefe de Gabinete

265

266 **Conselheiros presentes:**

267 Delberg Ponce de Leon, Euler Sobreira Muniz, Bruno Melo Braga, Carlos
268 Augusto Lopes Freire, Marcely Luíza Barreira Portela, Francisco Sergio Facó
269 Pimentel, Igor Lima Ribeiro.

270 **Convidado:** Conselheiro Federal Napoleão Ferreira da Silva Neto.